

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 716.529 - SE (2015/0122101-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - SE000392A
ADVOGADA : NAYCA NEGREIROS FERREIRA E OUTRO(S) - SE000487B
AGRAVADO : ABEL BORGES DOS SANTOS
AGRAVADO : ADÉLIA MARIA GONÇALVES DA SILVA
AGRAVADO : ADILSON CARDOSO DE AVILA
AGRAVADO : AIRTON OLIVEIRA
AGRAVADO : ANTONIO CRUZ MONTIJANO
AGRAVADO : DANIEL LUIZ DOS SANTOS
AGRAVADO : DJALMA VIEIRA
AGRAVADO : EDIVALDO DOS SANTOS
ADVOGADO : MARCOS PAULO MOURA LIMA E OUTRO(S) - SE005950

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. CONCESSÃO. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. REGULAMENTO DA ÉPOCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO BENEFÍCIO. INAPLICABILIDADE DO CDC AOS PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe assim ementado (e-STJ, fls. 546-548):

Civil e Processo Civil - Previdência privada - PETROS - Preliminar de nulidade da sentença por ausência de litisconsórcio passivo com a patrocinadora Petrobrás - Rejeitada - Inaplicabilidade do CDC - Afastada - Súmula nº 321 do STJ - Suplementação de aposentadoria - Aplicação das regras vigentes no momento da inscrição no plano - Termo de adesão às novas regras que não prevê o "Fator de Reajuste Inicial", mas sim novo índice de correção - Litigância de má-fé - Ocorrência - Sentença reformada - Redistribuição do ônus de sucumbência - Honorários advocatícios - Adequação.

I - Não há litisconsórcio necessário entre a entidade de previdência complementar e o patrocinador, mas mero interesse econômico, haja vista que cada um é dotado de personalidade jurídica própria e

patrimônio distintos. Precedentes do STJ;

II - Aplica-se o CDC às relações jurídicas entre entidade de previdência privada e seus dependentes.

Súmula nº 321 do STJ;

III - As regras aplicadas para cálculo do benefício discutido nos autos - suplementação da aposentadoria - são aquelas vigentes no momento da admissão do beneficiário no plano, que se deu com o Regulamento de 1975, observando-se as alterações posteriores, desde que mais favoráveis ao beneficiário do direito, nos moldes do que preceitua a súmula de nº 288 do TST;

IV - Ao reverso do que pretende fazer crer a recorrente, observa-se dos termos de adesão às alterações do regulamento da PETROS, assinados pelos recorridos, que o aludido documento não faz alusão ao Fator de Reajuste Inicial objurgado, mas sim ao aumento da taxa de contribuição e correção do benefício. Não há, portanto, que se falar em aceitação expressa de incidência do redutor pelo beneficiário;

V - Por outro lado, deve prevalecer o acordo firmado pelas partes quanto ao reajuste do benefício suplementar, não havendo insurgência dos demandantes quanto à validade da referida pactuação.

Ressalva-se, porém, o índice até então aplicado quando da assinatura do citado termo de adesão;

VI - A caracterização da litispendência reclama a identidade dos elementos da ação, quais sejam, "as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido" (art. 302, § 20, do CPC). Evidenciadas a identidade das partes, das causas de pedir e dos pedidos, vale dizer, iguais os fundamentos de fato e de direito que sustentam as pretensões deduzidas judicialmente, impõe-se proclamar a litispendência, aplicando-se a penalidade por litigância de má-fé em razão da omissão de fato relevante, tal como bem implementado pelo juízo *a quo*;

VII - A parte que ajuíza duas ações idênticas, com o fito de lograr êxito nos pedidos indenizatórios, deve sujeitar-se às cominações por litigância de má-fé, nos termos dos Artigos 17 e 18 do Código de Processo Civil, ensejando a aplicação da multa não excedente a 1% sobre o valor da causa, prevista na primeira parte do caput art. 18 do CPC. Precedentes do TJSE;

VIII - Havendo sucumbência mínima dos autores em relação aos pedidos direcionados à Petros, o art. 21, parágrafo único, do CPC impõe a inversão do ônus sucumbencial;

IX - Considerando o que prevê o art. 20, § 3º, do CPC, os honorários a serem pagos pela Petros ao patrono da autora devem ser majorados para o equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, que se afigura em consonância com as peculiaridades da causa, revelando-se razoável e eticamente condizente com o trabalho desempenhado pelo advogado da Apelante no acompanhamento do feito;

X - Recursos conhecidos, dando-se total provimento ao interposto pelos requerentes e parcial provimento ao ajuizado pela Petros apenas para impor a sanção de litigância de má -fé.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 586-592).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 594-628), a agravante alegou violação aos arts. 17, parágrafo único, 18, § 3º, 19, *caput*, 21, *caput*, 31, § 1º, e 68, § 1º, da Lei Complementar n. 109/2001; 3º da Lei Complementar n. 108/2001; 47 e 330, I, do Código de Processo Civil de 2015; e 3º do Código de Defesa do Consumidor; bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que o beneficiário passa a ter direito à suplementação de aposentadoria no momento em que preenche os requisitos necessários para a sua concessão, aplicando-se as regras do regulamento em vigência, e não as da contratação do plano.

Asseverou que não incidem as disposições do Código de Defesa do Consumidor ao caso, por se tratar de entidade fechada de previdência complementar.

Evocou a aplicação da Súmula n. 359/STF.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta não apresentada.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico dos autos que o recurso foi interposto quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1973. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto.

No tocante ao recolhimento do preparo mediante a utilização de GRU cobrança, no julgamento do REsp n. 1.498.623/RJ, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 13/3/2015, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, em observância ao princípio da instrumentalidade das formas, entendeu ser possível relevar a deserção quando a parte recorrente comprova que o preparo foi revertido para os cofres do STJ apesar da utilização de guia diversa – GRU Simples – da prevista na resolução do STJ

vigente à época da interposição do recurso especial.

Confira-se a ementa do aludido acórdão:

RECURSO ESPECIAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO RECOLHIDO EM GRU-SIMPLES, ENQUANTO A RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL EXIGE GRU-COBANÇA. NOME DO RECORRENTE E NÚMERO DO PROCESSO PREENCHIDOS CORRETAMENTE. EFETIVO INGRESSO DO VALOR NOS COFRES DO STJ. FINALIDADE ALCANÇADA. INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS DO PROCESSO VOTO PELO PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL, AFASTADA A DESERÇÃO, PARA O SEU OPORTUNO JULGAMENTO PELA 1a. TURMA.

1. Como se sabe, a tendência deste egrégio STJ é de não conhecer dos Recursos Especiais, cujos preparos não tenham sido efetivados com estrita observância das suas formalidades extrínsecas. Contudo, sob meu modesto ponto de vista, deve-se flexibilizar esta postura, sobretudo à luz da conhecida prevalência do princípio da instrumentalidade das formas dos atos do processo. Exatamente por este meu pensamento destoar do que reiteradamente afirmam os órgãos fracionários do STJ, é que suscito a discussão perante a douta Corte Especial.

2. Na espécie, a Guia de Recolhimento destinada ao pagamento do Porte de Remessa e Retorno indicou corretamente o STJ como unidade de destino, além do nome e CNPJ da recorrente e o número do processo. Noutras palavras, o valor referente a este feito foi pago e entregue ao STJ; apenas o instrumento utilizado é que foi inadequado, mas efetivamente o fim almejado foi alcançado com a entrada do dinheiro nos cofres do Tribunal.

3. Voto pelo processamento do Recurso Especial, afastada a deserção, para o seu oportuno julgamento pela 1a. Turma deste Tribunal Superior, como entender de direito.

Assim, no caso, efetuado o recolhimento do preparo por meio de GRU simples, preenchida corretamente com os códigos de recolhimento tal qual previsto pelo art. 7º da Resolução STJ 4/2013, é impositivo o seguimento do recurso, o qual, de plano, passa a ser analisado.

Quanto ao regulamento aplicável ao participante de plano de previdência privada fechada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar, a Segunda Seção desta Corte de Justiça firmou entendimento no sentido de que o regulamento aplicável ao participante de plano fechado de previdência privada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar é aquele vigente no momento da

implementação das condições de elegibilidade, haja vista a natureza civil e estatutária, e não o da data da adesão, assegurado o direito acumulado.

Segue a ementa do julgado mencionado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. CONCESSÃO. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. REGULAMENTO DA ÉPOCA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA. NORMAS REGULAMENTARES VIGENTES NA DATA DA ADESÃO. AFASTAMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. DIREITO ACUMULADO. OBSERVÂNCIA. REGIME DE CAPITALIZAÇÃO. FUNDO MÚTUO. PRÉVIO CUSTEIO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-ATUARIAL. PRESERVAÇÃO. 1. Polêmica em torno da definição acerca do regulamento aplicável ao participante de plano de previdência privada fechada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar, devendo ser definido se é o vigente à época da sua aposentadoria ou aquele em vigor ao tempo de sua adesão ao plano de benefícios. 2. Tese para os fins do art. 1.040 do CPC/2015: O regulamento aplicável ao participante de plano fechado de previdência privada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar é aquele vigente no momento da implementação das condições de elegibilidade, haja vista a natureza civil e estatutária, e não o da data da adesão, assegurado o direito acumulado. Esse entendimento se aplica a quaisquer das modalidades de planos de benefícios, como os Planos de Benefício Definido (BD), os Planos de Contribuição Definida (CD) e os Planos de Contribuição Variável (CV). 3. Recurso especial provido. (REsp 1435837/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2019, DJe 07/05/2019)

Referente à aplicação do Código de Defesa do Consumidor à hipótese em comento, a jurisprudência sedimentada neste Sodalício é no sentido de que a legislação consumerista não se aplica à relação jurídica existente entre entidade fechada de previdência privada e seus participantes, uma vez que o fundo de pensão não se enquadra no conceito de fornecedor.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. OMISSÃO INEXISTENTE.

REPACTUAÇÃO. NÃO ADESAO. PRESCRIÇÃO. PARCELAS SUCESSIVAS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.FALTA DE INTERESSE. REDUÇÃO. HONORÁRIOS. SÚMULA Nº 7/STJ.1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).2. Afasta-se a violação do art. 535 do CPC/1973 quando a decisão está claro e suficientemente fundamentada, resolvendo integralmente a controvérsia. 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, não tendo havido transação extrajudicial, em que há acordo de vontades e concessões de vantagens recíprocas, operando-se a transferência de reservas de um plano de benefícios para outro no interior de uma mesma entidade fechada de previdência complementar, ou havendo a declaração de nulidade da transação firmada entre as partes, o que conduziria ao retorno ao status quo ante, prevalecem as regras do plano primitivo.4. Tratando-se de revisão de renda mensal inicial de benefício previdenciário complementar, a obrigação é de trato sucessivo, alcançando a prescrição apenas as parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, não afetando, assim, o próprio fundo de direito. Precedentes.5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica à relação jurídica existente entre entidade fechada de previdência privada e seus participantes (Súmula nº 563/STJ). Na hipótese, à recorrente falece interesse recursal, pois o tribunal local afastou a incidência do CDC.6. É orientação pacífica nesta Corte de não ser possível, por meio de recurso especial, rever os critérios de justiça e de razoabilidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba advocatícia, haja vista tal providência depender da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, excetuadas as hipóteses em que o valor se afigura manifestamente ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica na espécie. 7. Na verba honorária arbitrada com base na equidade (art. 20, § 4º, do CPC/1973), o magistrado não está adstrito aos limites de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) inscritos no § 3º do art. 20 do CPC/1973, de sorte que pode, inclusive, arbitrar valor fixo.8. Agravo interno não provido.(AgInt nos EDcl no REsp 1557013/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018)

Assim, encontrando-se a decisão estadual em dissonância ao entendimento deste STJ, de rigor a reforma do acórdão quanto ao ponto.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar que o regulamento aplicável ao participante de plano fechado de previdência privada para fins de cálculo da renda mensal inicial do benefício complementar é aquele vigente no momento da implementação das condições de elegibilidade.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator